

# É possível um ESTADO\* que abarque a multidão queer? Breves considerações sobre a política sexual na biopolítica contemporânea

Fátima Lima\*

**Resumo:** Pensar a possibilidade de construção e efetivação do que se pode designar como políticas queer no âmbito do Estado é o ponto central do texto. O paradoxo - como pensar a possibilidade queer (máquina de guerra e resistência) no âmbito do aparelho de captura Estado - conduzem as inquietações. Como cenário toma-se a biopolítica contemporânea, contexto no qual a relação saber/poder incita/produz ao tempo que controla os modos de subjetivação. Como intercessores dialoga com Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Judith Butler, Marie Hélène Bourcier, Beatriz Preciado, entre outros/as, num exercício de bricolagem intelectual e prática, configurando-se muito mais em notas provisórias do que em um texto acabado sobre os caminhos da política queer na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Estado; multidão queer; biopolítica; aparelho de captura; máquina de guerra.

## **Abstract:**

Think of the possibility of construction and completion of that one can designate as queer politics within the state is the central point of the text. The paradox - how to think about the possibility queer (war machine and resistance) under the state capture device - the leading concerns. How scenario becomes biopolitics contemporary context in which the knowledge / power relationship incites / produces time controlling modes of subjectivity. As intercessors talks to Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Judith Butler, Marie Hélène Bourcier, Beatriz Preciado and others / as, in an exercise of intellectual bricolage and practice setting up, much more temporary notes, than in a text just about the ways of politics in contemporary queer.

**Keywords:** State, queer crowd, biopolítica, capture device, war machine.

**Resumén:** Pensar en la posibilidad de la construcción y realización que puede designar como queer políticas dentro del marco del estado es el punto central del texto. La paradoja-cómo pensar la posibilidad queer (máquina de guerra y resistencia) en el dispositivo de captura del Estado - las principales preocupaciones. El telón de fondo toma el contexto biopolítico contemporáneo en el cual la relación saber / poder incita / produce el tiempo controlando los modos de subjetividad. Como intercesores habla con Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Judith Butler, Marie Hélène Bourcier, Beatriz Preciado y otros / as, en un ejercicio de bricolage intelectual y práctica, notas mucho más temporales que en un texto final sobre los caminos de la política queer en la contemporaneidad.

**Palabras clave:** Estado; multitud queer; biopolítica; dispositivo de captura; máquina de guerra.

---

\* Antropóloga. Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/IMS/UERJ. Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ campus de Macaé. Tem experiência de pesquisa no campo das Ciências Humanas e Sociais com ênfase em Antropologia, Antropologia e Sociologia da Saúde, Saúde Coletiva atuando principalmente nos seguintes temas: políticas de subjetivação, gênero, sexualidade e processo saúde/doença/cuidado. Atualmente coordena dois projetos sobre mortalidade feminina por causas externas. Participa da linha de pós-graduação "Micropolítica do Trabalho e Cuidado em Saúde" na Clínica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro na condição de professora colaboradora, pesquisadora e orientadora. É autora do ebook "Corpos, Gêneros e Sexualidades - políticas de subjetivação".

## Apresentação

*O Estado não para de produzir e reproduzir círculos ideais, mas é preciso uma máquina de guerra para fazer um redondo.*  
Gilles Deleuze e Félix Guattari.

O presente artigo propõe algumas notas - breves e provisórias - sobre a possibilidade das perspectivas pensadas e/ou designadas enquanto “queer” constituírem ou não políticas de Estado. O objetivo central é refletir sobre a relação Estado e políticas queer tendo como cenário a biopolítica contemporânea caracterizada por profundas transformações nas vidas, nos corpos, nos gêneros, nas sexualidades e nos desejos. Mais do que perguntar, como coloca Merhy (2012), “quem são os anormais da hora?”, urge perguntar como, cada vez mais, na biopolítica contemporânea, a produção de “anormalidades” tem sido alvo de incitação e controle capitalístico. A pergunta reside em pensar, no âmbito do campo atual, quais os novos/outros regimes de verdade forjados sobre o que se designa como “anormalidades” e, mais do que isso, pensar políticas de normalizações que tem como alvo novas/outras produções estéticas e desejantes. É neste contexto que as possibilidades de vidas não normativas precisam ser discutidas.

Não constitui uma tarefa fácil tal exercício na medida em que coloca como elementos para reflexão dois territórios marcados por complexidades: o Estado e a multiplicidade queer. Algumas questões norteiam as reflexões deste texto: a) como, por dentro do Estado, que opera a partir de normas, entre eles a heterossexualidade compulsória como matriz de inteligibilidade cultural (Butler, 1993; 2003), políticas e/ou acontecimentos que desestabilizam esta ordem podem ser construídos e efetivados? b) Antes disso, o que queremos realmente dizer com políticas queer? c) se a multiplicidade queer é uma construção política, uma aposta em outra política, como é possível converter seus elementos para o âmbito dos poderes constituídos? d) E, por fim, o que queremos mesmo dizer quando falamos Estado?

Mais do que se propor a dar resposta, o objetivo do texto é produzir um campo de reflexões nas quais a tensão Estado/política queer se configura numa dobra paradoxal. Talvez seja possível pensar que o alargamento das fronteiras do que denominamos Estado ocorra naquilo que Deleuze chama de “franjas”<sup>1</sup>, nas suas dobras, no campo da micropolítica em que

<sup>1</sup> Segundo Deleuze (1997, p.32), as franjas se situam nas dobras do Estado, nos agenciamentos coletivos, nos devires minoritários onde “o que queremos dizer, na verdade, é que os corpos coletivos sempre tem franjas ou minorias que reconstituem equivalentes de máquina de guerra, sob formas por vezes muito

diferentes movimentos desestabilizadores da ordem heteronormativa têm eclodido e se delineado, inclusive do ponto de vista jurídico.

Como intercessores analíticos, as reflexões dialogam com autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Pierre Clastres, Judith Butler, Marie Hélène Bourcier, Beatriz Preciado, Paul Rabinow entre outros/as que têm refletido sobre o Estado, biopolítica contemporânea, as relações saber-poder e suas articulações com o campo da política das identidades, as produções dos desejos e as experiências éticas, estéticas e políticas contemporâneas. Seguindo estas pistas, o artigo apresenta uma breve discussão/provocação sobre o Estado\*, em seguida abre uma discussão sobre as multidões queer e sobre a biopolítica contemporânea. Por fim, coloca em diálogo as discussões conceituais com algumas propostas políticas como a união civil entre pessoas do mesmo sexo e com alguns processos que colocam em discussão e suspensão a monogamia compulsória<sup>2</sup>.

## 1 Para pensar o Estado

*Tudo não é Estado, justamente porque houve Estado sempre e por toda parte.*

Gilles Deleuze e Félix Guattari

O asterisco na palavra ESTADO não é um acaso, mas um artifício gráfico e simbólico que denota a complexidade que é refletir sobre o que queremos dizer quando falamos Estado. A interrogação também perfaz as inquietações. Mais do que afirmar que o Estado é aberto às políticas queer ou rarefeito a elas, é interessante refletir, por dentro da noção de Estado, as tensões e alargamentos nos quais as possibilidades queer são capturadas e/ou mantém a sua potência de máquina de guerra, suas resistências e singularidades como expressões desestabilizadoras, principalmente das performances de gênero. Neste sentido, a reflexão não tem como pretensão afirmar ou negar a possibilidade do Estado abarcar a

---

inesperada, em agenciamentos determinados tais como construir pontes, construir catedrais ou então emitir juízos, ou compor música, instaurar uma ciência, uma técnica (...).”

<sup>2</sup> Faço referência aqui à união estável entre um homem e duas mulheres realizada em um cartório na cidade de Tupã estado de São Paulo. No dia 22 de agosto de 2012, a união realizada há três meses, foi publicada no Diário Oficial. Apesar do Estado não reconhecer todos os direitos reservados a união estável entre duas pessoas constituiu, sem dúvida, um alargamento das fronteiras jurídicas e da monogamia como uma norma compulsória fundamental para manutenção das formas de Estados. Fonte: <http://atualidades-do-direito.jusbrasil.com.br/noticias/100040467/uniao-poliafetiva-e-oficializada-em-cartorio-de-tupa-sp>

multiplicidade queer, mas trazer para o campo do debate as tensões constitutivas que se situa na relação Estado e política queer.

Mesmo não tendo explicitado de forma clara, em seus estudos arqueológicos e genealógicos, reflexões sobre o Estado, Michel Foucault, de diferentes formas, pôs a questão em discussão. A partir do “Nascimento da Biopolítica”, curso conferido em 1979, o tema do Estado aparece como um elemento central em suas análises. Opondo-se aos universais como elemento teórico/metodológico, entre eles o universal Estado, Foucault vai construindo uma análise que tem como tema central o que ele designa como a biopolítica - a política que governa a vida e os viventes. Já na aula inicial desconstrói a ideia de um Estado único, universal, essencial, na qual

Em outras palavras, o Estado é uma realidade específica e descontínua. O Estado só existe para si mesmo e em relação a si mesmo, qualquer que seja o sistema de obediência que ele deve a outros sistemas como a natureza ou como Deus. O Estado só existe por si mesmo e para si mesmo, só existe no plural (Foucault, 2008, p.7).

Tomando esta perspectiva, Michel Foucault nos convida a pensar o Estado a partir de uma perspectiva histórica, plural e multifacetada. Tal movimento produz deslocamentos na medida em que significa desconstruir a ideia de um Estado único e universal, desconstruir a ideia de um Estado em si mesmo. Aqui oposições são colocadas em discussão, principalmente o par clássico Estado versus sociedade civil.

Deleuze e Guattari (1997), no inquietante texto “Tratado de Nomadologia: a máquina de guerra”, no Mil platôs volume 5, chama a atenção para o caráter dual do Estado marcado pela dimensão de déspota (soberania) e de legislador como “elementos principais de um aparelho de Estado que procede por Um-dois, distribui as distinções binárias e forma um meio de interioridade. É uma dupla articulação que faz do aparelho de Estado um estrato” (Deleuze, 1997, p.12). Aqui são possíveis vários diálogos que iluminam as discussões. O primeiro deles refere-se à ressalva de que os Estados se compõem a partir de duas dimensões, dois domínios de poder: o poder centralizado e expresso na figura do imperador, do rei, do chefe de estado e um domínio jurídico habitado por legisladores e leis. Essa dimensão dual coaduna-se para configurar a sensação de interioridade na forma Estado, sensação esta que acaba naturalizando a ideia do Estado como universal e homogêneo. Aqui também o domínio jurídico aparece como um elemento imprescindível na configuração do Estado. Através do domínio jurídico a legitimidade é forjada a partir de relações de saber/poder onde

O poder jurídico produz inevitavelmente o que alega meramente representar; conseqüentemente, a política tem que se preocupar com essa função dual do poder: jurídica e produtiva. Com efeito, a lei produz e depois oculta a noção de sujeito perante a lei, de modo a invocar essa formação discursiva como premissa básica natural que legitima, subseqüentemente, a própria hegemonia reguladora da lei (Butler, 2003, p.19).

Um segundo diálogo possibilita uma análise contrária à ideia do Estado como algo homogêneo, único, estável. Tomando como referência as discussões de Clastres, o texto recupera a ideia das sociedades “primitivas” como sociedades contra o Estado. Longe de se configurarem enquanto sociedades sem estado (sendo o Estado a representação da civilidade) inverte a lógica evolucionista trazendo a dimensão de conjuração, de antecipação da forma Estado pelas sociedades ditas primitivas; antecipação, antes de tudo, daquilo que é uma recusa: a recusa ao poder centralizado, a figura do chefe de Estado como lugar da ordem, a recusa ao déspota, a um sistema jurídico que seja a representação do poder. Diz Clastres (2003)

Existem por um lado as sociedades primitivas, ou sociedades sem estado; e, por outro lado, as sociedades com Estado. É a presença ou a ausência da formação estatal (susceptível de assumir múltiplas formas) que fornece a toda sociedade o seu elo lógico, que traça a linha de irreversível descontinuidade entre as sociedades (CLASTRES, 2003, p.217).

Destaca-se aqui o caráter múltiplo dos Estados, suas formas e singularidades no exercício do poder, sua dimensão enquanto máquina de captura produtora de modos de subjetivação (formas de ser e estar no mundo e em mundos) serializados, incitados em suas potências, controladas em suas singularidades. Mas o que é mesmo pensar o Estado como máquina de captura? Antes de pensar a máquina de captura faz-se necessário pensar a máquina de guerra.

Para pensar a máquina de guerra é preciso, antes de tudo, desnaturalizar a noção de guerra como geralmente entendemos no aparelho do Estado moderno, ou seja, como integração jurídica da guerra e a organização de uma função militar. Além disso, constitui condição *sine qua non* entender que a máquina de guerra, enquanto resistência, é irredutível ao Estado e produzida fora dele; é uma forma plena de exterioridade e como pura exterioridade a máquina de guerra constitui o fora, o não-lugar, o espaço liso<sup>3</sup>. A máquina de

---

<sup>3</sup> Longe de se configurarem em binarismo, o liso e o estriado são nas reflexões de Deleuze e Guattari modos de ser e estar no mundo e em mundos. Formas de conceber espaços e modos de subjetivação diferentes. “O espaço liso e o espaço estriado, - o espaço nômade e o espaço sedentário, - o espaço onde se desenvolve a máquina de guerra e o espaço instituído pelo aparelho de Estado – não são da mesma natureza. (...) O espaço liso é ocupado

guerra resiste, metamorfoseia-se, tensiona a máquina-estado. Invenção dos nômades, a atualidade da máquina de guerra pode estar presente tanto numa inovação industrial, tecnológica, num circuito comercial, artístico, nos movimentos sociais, nas ruas, na multidão queer enfim “em todos esses fluxos e correntes que não se deixam apropriar pelo estado senão secundariamente” (Deleuze, 1997, p.34).

O Estado como aparelho de captura tem uma potência de apropriação; mas, justamente, essa potência não consiste somente em que ele captura tudo o que pode, tudo o que é possível (...). O aparelho de captura se apropria igualmente da máquina de guerra, (...) dos mecanismos de antecipação-conjuração (DELEUZE e GUATTARI, 2002, p.128).

A máquina Estado - este aparelho de captura - apropria-se, de diferentes formas, das máquinas de guerra ao tempo em que estas - fluxos constantes- reatualizam-se em outros devires. Precisamos pensar quais os mecanismos de antecipação-conjuração tem potência de metamorfose, potência de resistência frente à máquina de captura. Este é um paradoxo constitutivo para pensar as possibilidades queer enquanto máquinas de guerra, exteriores, capturadas pela forma Estado, mas que se reinventam em outros/novos fluxos. Voltaremos ao tema da antecipação-conjuração.

## 2 Para pensar as multidões queer

*As minorias sexuais tornam-se multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão torna-se queer.*  
Beatriz Preciado.

Empregado pela primeira vez por Teresa de Laurettis no ano de 1990, o termo queer - até então usado de forma pejorativa para se referir as performatividades de gênero e sexualidades desestabilizadoras da heteronormatividade, tem sido utilizado tanto na academia quanto em diferentes movimentos e coletivos para assinalar uma diferença, principalmente nas performances de gênero, que não deseja ser assimilada e tolerada (Louro, 2001).

Desde então, um campo de diferentes pesquisadores (antropólogos, sociólogos, lingüistas, historiadores, pedagogos, as artes em geral, entre outros e outras) tem se

---

por acontecimentos e heceidades, muito mais do que por coisas formadas e percebidas. É um espaço de afectos, mais do que de propriedades. É uma percepção háptica, mais do que óptica. Enquanto no espaço estriado as formas organizam uma matéria, no liso materiais assinalam forças ou lhes servem de sintomas” (Deleuze e Guattari, 1997,p.185)

---

organizado e tentado definir um campo dos estudos marcado por discussões que sofreram influência direta dos estudos culturais e das discussões pós-estruturalistas. Sobre este contexto Miskolci (2009) nos coloca que

Teórica e metodologicamente, os estudos queer surgiram do encontro entre uma corrente da Filosofia e dos Estudos Culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês, que problematizou concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação. Central foi o rompimento com a concepção cartesiana (ou Iluminista) do sujeito como base de uma ontologia e de uma epistemologia (Miskolci, 2009, p.152).

Aqui o sujeito emerge como historicamente construído e plural. Universais como essência e identidade são constantemente desterritorializados pelas perspectivas queer, trazendo para o plano dos agenciamentos coletivos as análises dos processos sociais. Sem dúvida, as reflexões do que podemos nominar como um território queer trouxeram inúmeras contribuições para o estudo e a compreensão das singularidades e das multiplicidades nas diferentes experiências entre corpos, gêneros, sexualidades e desejos.

No que se refere aos diferentes movimentos e coletivos, o termo queer e tudo aquilo que ele pode evocar enquanto possibilidade política tem sido usado ora como forma de resistência aos processos marcados pela heteronormatividade ora como forma de pleitear determinadas agendas políticas. No que se refere à relação heteronormatividade e as possibilidades queer vale ressaltar as reflexões de Miskolci (2009) quando nos coloca que

Muito mais do que o aperçu de que a heterossexualidade é compulsória, a heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e "natural" da heterossexualidade. O estudo da heteronormatividade como aparato do poder e força normalizadora característica da ordem social do presente foi (e algumas vezes ainda é) confundido como a descrição das normas contra as quais lutariam sujeitos socialmente classificados como anormais, pervertidos, sexualmente desviantes, em suma, termos sintetizados pela palavra queer na língua inglesa. No entanto, os principais teóricos queer demonstraram que tais sujeitos frequentemente também estão enredados na heteronormatividade (Miskolci, 2009, p156).

Tomando as reflexões acima, as análises aqui tecidas situam-se sempre no limiar, numa zona limítrofe ou numa dobra marcada por tensões, não dialeticamente, mas de forma paradoxal e constitutiva no campo das alteridades. Tomando essa perspectiva política é possível apostar que uma multiplicidade de performatividades de gênero faz parte da plataforma queer marcada pela reivindicação de sua dimensão desestabilizadora. No centro

desses processos encontra-se o dispositivo da sexualidade enquanto um constructo sempre em atualização.

No campo epistemológico algumas pensadoras têm ressignificado o que podemos tentar definir como os estudos queer. Marie Hélène Bourcier (2006) no volume 1 da trilogia intitulada *Queer Zones* traz para o debate atualizações do que podemos designar como política queer chamando para reflexão o fato de que esta se distingue do pensamento pós moderno e pós-estruturalista na medida em que pede uma repolitização do campo sexual; uma crítica dos centros de formação das identidades sexuais e do gênero normativo; formas de intervenção dentro da economia dos discursos disciplinares, dos regimes de verdade e da biopolítica. As reflexões de Bourcier são importantes na medida em que assinalam condições imprescindíveis numa plataforma queer: outra política, ou como a autora prefere chamar, uma repolitização do campo sexual (corpos, sexualidades, desejos), mas também uma ressignificação dos regimes de verdade, das produções discursivas, das relações entre saberes e poderes, outras formas de dizibilidades (discursos) e visibilidades (práticas).

Neste contexto, as reflexões de Beatriz Preciado vêm também ocupando movimentos interessantes no que tange a pensar a multiplicidade queer na atualidade. Para a autora, a noção de multidão aparece em oposição ou no lugar de diferença sexual no qual as possibilidades de corpos e modos de existências se deslocam de uma base natural, biológica, para se expressar a partir de diferentes performatividades de gênero. Aquilo que a princípio é visto como uma política das “minorias” acaba por se converter em uma “política das multidões” com potência de processos identitários (em devires) que desconstrói as identidades sexuais normalizadas social e culturalmente, desterritorializando a heterossexualidade como norma vigente. Essas novas apostas de leituras quanto de organização de territórios oxigenam tanto o campo epistemológico quanto as práticas sociais (campos indissociáveis) que apostam sempre na desestabilização como elemento central.

### **3 Para pensar a biopolítica contemporânea**

O capitalismo moderno emerge, entre outras características, tendo como referência a divisão sexual do trabalho em que os corpos foram capturados e otimizados ao máximo da produção, no âmbito de uma divisão social, que levava em consideração a radical dicotomia dos sexos. Nesse contexto, o modelo heteronormativo se constituiu um dos pilares do



complexo modo de produção capitalista. No auge da modernidade, os valores burgueses consolidaram o modelo de família patriarcal, a maternidade surge como uma invenção na medida em que a noção de infância passa a assumir um papel de suma relevância. A família nuclear, a mulher reprodutora e seus filhos constituem um dos pilares que sustenta e alimenta a reprodução do capital.

Foi no âmbito do biopoder que os corpos, na dimensão anatofisiológica e na dimensão social, passaram a constituir dispositivos complexos cujo controle e disciplinarização dos corpos e sexualidades foram a força motriz. Foi com base no natural, no biológico, na diferença sexual que o capitalismo, entre outras características, tornou-se cada vez mais hegemônico.

Discutir a questão da biopolítica na contemporaneidade significa dialogar com as reflexões que partem do pensamento de Michel Foucault, principalmente nos cursos intitulados “Segurança, Território e População” ministrado em 1978 e na sequência o “Nascimento da Biopolítica”, curso ministrado em 1979. Pensar a Biopolítica significa, ao contrário do que muitas vezes é colocado sobre o pensamento de Foucault, entendê-la no conjunto de sua obra, na constituição do pensamento Foucaultiano, na arqueogenealogia sobre a relação saber/poder nos mundos ocidentais. Assim, a noção de biopolítica não é outro/novo regime de poder, mas um acoplamento de poder naquilo que Foucault inicialmente analisou como as sociedades disciplinares cujas características eram, entre outras, a disciplinarização dos corpos individuais e coletivos e seu adestramento a partir de uma norma estabelecida. O que começa a mudar a partir do século XVII e, principalmente do século XVIII, é a invenção do conceito de população e como este, com todo seu aparato adjetivo, passará a ser o espaço sobre o qual a relação saber/poder, a incitação e controle atuarão.

Neste contexto, a própria definição de uma norma e, conseqüentemente do “normal” e do “patológico” sofrerá alterações consideráveis.

Nas disciplinas, partia-se de uma norma e era em relação ao adestramento efetuado pela norma que era possível distinguir depois o normal do anormal. Aqui, ao contrário, vamos ter uma identificação do normal e do anormal, vamos ter uma identificação das diferentes curvas de normalidade, e a operação de normalização vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras (...). São essas distribuições que vão servir de norma. A norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais. O normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele, ou é a partir desse estudo das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório. Logo, eu diria que não se trata mais de uma normação, mas sim, no sentido estrito, de uma normalização (Foucault, 2008, p.82).

Esse processo mudou radicalmente a relação com os poderes (as normas). Estas não constituíam mais o balizador que separava a normalidade (a razão) da anormalidade (a desrazão, a loucura). Agora, as séries passam a compor degrados de normalização da qual nada e ninguém escapa (Deleuze, 1992). Entender a capilarização do poder é fundamental e ilumina os processos atuais que se mostram revestidos de novas/outras complexidades nos quais o que está em jogo são as produções discursivas (saberes), as relações de poder e como estas produzem, modelam e capturam sujeitos e processos de subjetivação.

Preciado (2008), quando aborda o investimento do capitalismo industrial, que transformou o sexo e a sexualidade em objetos privilegiados de gestão pública a partir do final da segunda guerra mundial e, principalmente, durante a guerra fria, recupera a ideia de biopolítica no pensamento de Michel Foucault na qual um dos conceitos chave é a noção de sexopolítica. Tomando o pensamento de Foucault, mais precisamente o conceito de Biopoder e Biopolítica, a autora volta às observações empíricas para a biopolítica contemporânea cuja proliferação das tecnologias corporais constitui sua principal característica e fazem parte da parafernália atual que coloca, cada vez mais, os corpos individuais e coletivos nos cálculos do Estado e do capitalismo produzindo e proliferando as “minorias” de “anormais” no século XX.

Diz Preciado (2011):

A sexopolítica é uma das formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Com ela, o sexo (os órgãos chamados “sexuais”, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) entram no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida (PRECIADO, 2011, p11).

É no que considera uma distância entre as observações empíricas de Michel Foucault e as tessituras que estavam além do limite de suas observações que a autora recupera a constituição, a complexidade e a potencialidade dos anormais frente às “tecnologias de normalização” que agem sobre a vida dos indivíduos atuando como um dispositivo de controle e modelagem à norma heterossexual. Neste contexto designa a atualidade capitalista como uma era farmacopornográfica que tem o seu funcionamento é possível “graças à gestão biomédica da subjetividade, através de seu controle molecular e da produção de conexões audiovisuais” (Preciado, 2008, p.44).

Segundo a autora, a marca do biocapitalismo ou da era farmacopornográfica é uma engenhosa captura e produção de subjetividades pelas tecnologias (entre elas as tecnologias

de gênero) caracterizadas pela produção de hormônios sintéticos, de novos fármacos - a metadona, os analgésicos, a aspirina, as drogas sintéticas, as cirurgias como vaginoplastias e faloplastias, cirurgias plásticas, lifting, cirurgias reconstrutoras nos soldados de guerra, secobarbital, prozac, viagra, as próteses de todo tipo, a indústria pornográfica, as bonecas infláveis, os vibradores e pênis plásticos e borrachados, o estrogênio, a progesterona, a testosterona, a endocrinologia, a sexologia, entre tantos outros dispositivos de controle, imprimem a marca da era farmacopornográfica cuja circulação intensa de substâncias e elementos semióticos vem produzindo novos modos de subjetividade através do duplo mecanismo de excitação e controle. É neste contexto que precisamos refletir sobre as possibilidades, avanços e retrocessos das apostas queer enquanto política.

#### **4 Tantos possíveis**

Permanece, no meio destas inquietações, uma interrogação: o que podem ser as possibilidades de políticas queer frente ao Estado? Mais do que oferecer respostas, estas não apenas provisórias, mas impossíveis na configuração de uma positividade ou uma negatividade, constitui um caminho interessante pensar questões como a união civil entre pessoas do mesmo sexo e, como contraponto, as relações que vêm sendo definidas como poliafetivas e/ou poliamorosas.

Sobre a agenda política da união civil entre pessoas do mesmo sexo, Miskolci (2007) nos alerta:

A possibilidade do casamento aponta para uma normalização das relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo, pois o reconhecimento estatal levaria a uma delimitação das relações aceitáveis como sendo apenas aquelas que pudessem resultar em "casamento", o que automaticamente relegaria à ilegitimidade as relações fora dos padrões hegemônicos (entre gerações diferentes, entre classes sociais distintas ou com pessoas de origem étnica, religiosa ou cultural diferentes do grupo familiar de origem). Assim, o casamento constituir-se-ia em um mecanismo de normalização social poderoso e com consequências ainda pouco discutidas pelo movimento GLBT (Miskolci, 2007, p.109).

Concordando com as reflexões do autor, a pauta política do “casamento gay” se traduz a partir de uma dupla possibilidade que opera a partir da inclusão/exclusão, ou seja, na medida em que normalizam possibilidades outras tantas expressões de vidas são colocadas numa zona de ilegitimidade.

Judith Butler (2003), no inquietante texto “O parentesco é sempre tido como heterossexual?”, para além do esforço em separar a noção de parentesco da noção de

casamento, nos provoca a pensar em que medida esta plataforma política acaba produzindo um campo do não reconhecível, um campo de inúmeras performatividades e modos de existência que não deseja o desejo de ser representado pela política, pelo Estado.

O casamento gay obviamente interfere nos investimentos profundos e permanentes não só da própria dupla heterossexual, mas também na questão de quais formas de relacionamento devem ser legitimadas pelo Estado. Esta crise de legitimação pode ser pensada a partir de várias perspectivas, mas consideremos, no momento, a dádiva ambivalente na qual a legitimação pode se transformar. Ser legitimado pelo Estado é aceitar os termos de legitimação oferecidos e descobrir que o senso público e reconhecível da personalidade é fundamentalmente dependente do léxico dessa legitimação. Dessa forma, a delimitação da legitimação ocorrerá somente através de uma exclusão de um certo tipo, embora não evidentemente dialética. A esfera da aliança íntima legítima é estabelecida graças à produção e intensificação de zonas de ilegitimidade. Todavia, ocorre aqui uma oclusão ainda mais fundamental. Compreendemos mal o campo sexual se considerarmos que o legítimo e o ilegítimo esgotam todas suas possibilidades imanentes. Fora da luta entre o legítimo e o ilegítimo – a qual tem como objetivo a conversão do ilegítimo em legítimo – existe um campo menos imaginável, que não se delinea à luz de sua derradeira convertibilidade em legitimidade. Este é um campo externo à disjunção do ilegítimo e do legítimo; não é ainda pensado como um domínio, uma esfera, um campo, não é ainda nem legítimo nem ilegítimo, ainda não pensado através de discurso explícito de legitimidade. De fato, este seria um campo sexual que não tem a legitimidade como seu ponto de referência, seu derradeiro desejo (BUTLER, 2003, p.226).

Miskolci (2007) dialoga com as reflexões de Judith Butler quando coloca que

Uma política sexual mais radical poderia reconhecer a pluralidade das experiências e identidades sexuais, mesmo as menos conhecidas ou aceitas em nossos dias. A recusa dos padrões hegemônicos de definição das relações legítimas ou ilegítimas também passaria pela reafirmação do privado como político e da sexualidade como questão pública, pois a homofobia e suas manifestações violentas acontecem predominantemente no espaço público. Além disso, as demandas por direitos podem se dar em outros termos, os quais apontem para a aceitação de novas formas de relacionamento e a constituição de um novo direito relacional, mais imaginativo e aberto às possibilidades (Miskolci, 2007, p.126).

Como contraponto às discussões sobre o “casamento gay”, outras possibilidades têm emergido no campo da micropolítica que, de diferentes formas, salvo as suas singularidades, vem alargando e colocando em suspensão a monogamia compulsória, entre estas, configurações designadas de poliamoristas e/ou poliafetivas e as denominadas relações livres<sup>4</sup>. As produções discursivas e práticas destes dois regimes de verdade colocam em debate

---

<sup>4</sup> Nos últimos tempos a visibilidade de grupos e segmentos que se definem como poliamoristas e relações livres têm aumentado consideravelmente. Diversos grupos pautam as redes sociais e reais. Promovem encontros coletivos. Debatem questões como o amor, o ciúme e, principalmente, a monogamia. Há diferenças assinaladas pelos/pelas os/as que se auto intitulam poliamoristas ou relações livres, manifestadas através de muitos paradoxos. Na sua espinha dorsal o poliamor abre a possibilidade de amar mais de uma pessoa ao mesmo tempo inclusive defendendo a polifidelidade. As relações abertas valorizam a relação estável, mas abrem a possibilidade de outras relações afetivas e eróticas. Para além das produções discursivas que tentam assinalar o limite de cada configuração, torna-se importante ressaltar que seus movimentos vêm produzindo desestabilizações na matriz heteronormativa, principalmente na obrigatoriedade da monogamia.

noções fundamentais nas práticas heteronormativa: o amor, a fidelidade, a monogamia, entre outras. Resguardando as suas diferenças e multiplicidades, esses movimentos têm desconfigurado a gramática normativa. É nas brechas, nas franjas, nos devires minoritários, que a potência queer se inscreve como possibilidade no campo micropolítico e macropolítico. A escritura pública de uma união juridicamente denominada e reconhecida como poliamorista cria uma jurisprudência que tensiona os limites do jurídico<sup>5</sup> e do Estado.

Voltamos, portanto, à potência da anormalidade, à força das abjeções. Voltamos novamente à máquina de guerra que se encontra em constante fluxo, reatualizando-se em diferentes modos de existências, formas de vidas quiçá não categorizadas em que

Talvez o alvo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrar de uma dupla obrigação política, que é a simultânea individualização e a totalização das modernas estruturas de poder. Talvez o problema político, ético, social e filosófico do presente não seja tentar libertar o indivíduo do Estado e de suas instituições, mas liberar-nos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que está ligado ao Estado. Temos que promover formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que tem sido imposta sobre nós ao longo dos séculos (FOUCAULT, 2010, p.283).

Voltamos ao tema da conjuração-antecipação, entendendo que conjurar é antes de tudo “conspirar”, “intentar”, “tramar”, “maquinar”, “insurgir-se”, “rebelar-se” antecipadamente aquilo que não desejamos. É não desejar o desejo do Estado. Para mim só há possibilidade de produzir políticas que podemos designar como queer se a potência de resistir continuar a reinventar outros/novos modos de vida. Só há política, só há Estado porque há sempre um devir – rebelde!

## Referências

BOURCIER, MARIE HÉLÈNE. QUEER ZONES. PARIS: ÉDITIONS AMSTERDAM, 2006.

BUTLER, JUDITH. BODIES THAT MATTER: ON THE DISCURSIVE LIMITS OF “SEX”. NOVA YORK: B. LIBRARY; 1993.

BUTLER, JUDITH. O PARENTESCO É SEMPRE TIDO COMO HETEROSSEXUAL?. CAD. PAGU, CAMPINAS, N.21, 2003. DISPONÍVEL EM <[HTTP://WWW.SCIOLO.BR/SCIOLO.PHP?](http://www.scielo.br/scielo.php?)

<sup>5</sup> Sobre essa questão ver <http://atualidades-do-direito.jusbrasil.com.br/noticias/100040467/uniao-poliafetiva-e-oficializada-em-cartorio-de-tupa-sp> acesso em 03/01/2014.

SCRIPT=SCI\_ARTTEXT&PID=S0104-83332003000200010&LNG=PT&NRM=ISO>. ACESSOS EM 23 JUL. 2013. [HTTP://DX.DOI.ORG/10.1590/S0104-83332003000200010](http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332003000200010).

\_\_\_\_\_. PROBLEMAS DE GÊNERO: FEMINISMO E SUBVERSÃO DA IDENTIDADE. RIO DE JANEIRO: C. BRASILEIRA, 2003.

CLASTRES, PIERRE. A SOCIEDADE CONTRA O ESTADO. SÃO PAULO: COSAC NAIFY, 2003.

DELEUZE, GILLES E FÉLIX, GUATTARI. INTRODUÇÃO: RIZOMA. MIL PLATÔS – CAPITALISMO E ESQUIZOFRENIA. RIO DE JANEIRO: EDITORA 34, 1995.

\_\_\_\_\_. 1227- TRATADO DE NOMADOLOGIA: A MÁQUINA DE GUERRA. MIL PLATÔS. CAPITALISMO E ESQUIZOFRENIA. VOLUME 5. SÃO PAULO: EDITORA 34, 1997.

\_\_\_\_\_. 7000 A. C. - APARELHO DE CAPTURA. MIL PLATÔS. CAPITALISMO E ESQUIZOFRENIA. VOLUME 5. SÃO PAULO: EDITORA 34, 1997.

\_\_\_\_\_. 1440- O LISO E O ESTRIADO. CAPITALISMO E ESQUIZOFRENIA. VOLUME 5. SÃO PAULO: EDITORA 34, 1997.

\_\_\_\_\_. POST-SCRIPTUM SOBRE SOCIEDADES DE CONTROLE. CONVERSÇÕES. SÃO PAULO: EDITORA 34, 1992.

FOUCAULT, MICHEL. SEGURANÇA, TERRITÓRIO E POPULAÇÃO. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 2008.

\_\_\_\_\_. O NASCIMENTO DA BIOPOLÍTICA. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 2008.

\_\_\_\_\_. O SUJEITO E O PODER. IN: DREYFUS, H. L E RABINOW, P. MICHEL FOUCAULT – UMA TRAJETÓRIA FILOSÓFICA. RIO DE JANEIRO: FORENSE UNIVERSITÁRIA, 2010.

LOURO, GUACIRA. TEORIA QUEER: UMA POLÍTICA PÓS-IDENTITÁRIA PARA EDUCAÇÃO. IN: REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS. V.9 N.2 FLORIANÓPOLIS, 2001.

MISKOLCI, RICHARD. PÂNICOS MORAIS E CONTROLE SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE O CASAMENTO GAY. CAD. PAGU, CAMPINAS, N. 28, JUN. 2007. DISPONÍVEL EM <[HTTP://WWW.SCIELO.BR/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCI\\_ARTTEXT&PID=S010483332007000100006&LNG=PT&NRM=ISO](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332007000100006&lng=pt&nrm=iso)>. ACESSOS EM 02 NOV. 2013. [HTTP://DX.DOI.ORG/10.1590/S0104-83332007000100006](http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006).

MISKOLCI, RICHARD. A TEORIA QUEER E A SOCIOLOGIA: O DESAFIO DE UMA ANALÍTICA DA NORMALIZAÇÃO. SOCIOLOGIAS, PORTO ALEGRE , N. 21, JUN. 2009 . DISPONÍVEL EM <[HTTP://WWW.SCIELO.BR/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCI\\_ARTTEXT&PID=S151745222009000100008&LNG=PT&NRM=ISO](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222009000100008&lng=pt&nrm=iso)>. ACESSOS EM 02 NOV. 2013. [HTTP://DX.DOI.ORG/10.1590/S1517-45222009000100008](http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222009000100008).

PRECIADO, BEATRIZ. MULTITUDES QUEER: NOTAS PARA UMA POLÍTICA DE LOS ANORMALES. REVISTA MULTITUDES, 2004.

\_\_\_\_\_. TESTO YONKI. MADRID: ESPASA, 2008.

PRECIADO, BEATRIZ. MULTIDÕES QUEER: NOTAS PARA UMA POLÍTICA DOS "ANORMAIS". REV. ESTUD.FEM., FLORIANÓPOLIS, v.19, n.1, APR. 2011. DISPONÍVEL EM <[HTTP://WWW.SCIELO.BR/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCI\\_ARTTEXT&PID=S0104026X2011000100002&LNG=EN&NRM=ISO](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2011000100002&lng=en&nrm=iso)>. ACESSO EM 23 JULY 2013. [HTTP://DX.DOI.ORG/10.1590/S0104-026X2011000100002](http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100002).